

CPI conclui que verbas da Lei Calmon são desviadas

Eliane Bardanachvili

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) acaba de concluir o que, na prática, muitos educadores e políticos já sabiam: a verba da Lei Calmon — que obriga a aplicação de 18% dos recursos da União e 25% dos recursos dos estados e municípios para o ensino — não é empregada para o seu devido fim.

O relatório da CPI admite a dificuldade de se comprovar o não cumprimento da lei, por falta de mecanismo de controle, e afirma que o Ministério da Educação comprova o seu "cumprimento nominal, mas não real". Mas o próprio autor da lei, senador João Calmon, tem exemplos a fornecer para demonstrar irregularidades.

Ele já viu, por exemplo, ser computada como despesa com educação, a construção de uma estrada que passa em frente a uma escola; um estádio de futebol com grandes holofotes para atividades esportivas, onde não havia sequer uma escola municipal; e até mesmo a compra de ônibus para prestar serviços à prefeitura e, de vez em quando, transportar crianças para a escola. Uma professora primária no Nordeste ganha menos da metade que um operário ganha por hora na indústria automobilística de São Paulo, quando os recursos da Lei Calmon se destinariam também a melhorar os salários dos professores.

"É um problema de extrema complexidade", admite o senador. Para ele, uma atitude caberia aos tribunais de contas que detectam essas violações, mas não denunciam. "Já pedi ao Tribunal de Contas da União uma demonstração do cumprimento da lei em vários estados mas não me fornecem", diz.

Por isso mesmo, foi instalada a CPI. "O governo tem que nos prestar contas. Como não presta, fomos investigar", diz o deputado Sôlon Borges dos Reis (PTB-SP), relator da comissão. A CPI foi instalada para verificar a aplicação das verbas da Lei Calmon apenas pelo MEC — e não pelos estados e municípios.

O relatório da CPI, se por um lado é obrigado a concluir que o MEC destina seus

18% para a Lei Calmon, por outro, afirma também que "há uma ostensiva disparidade entre os gastos com órgãos-meio e órgãos-sim", referindo-se respectivamente à alta administração do MEC, com "excesso de despesas" e às escolas, "em estado de carência total". "Não falta nada na cúpula da administração federal, mas falta muita coisa nas escolas públicas", diz o relatório. "Está provado que o MEC contabiliza a verba mas não a destina para as escolas", afirma Sôlon Borges, autor do livro *A crise contemporânea da Educação*. Segundo ele, as verbas da Lei Calmon vão para o ensino teoricamente e, na realidade, se perdem pelo caminho, no que ele chama de "parafernálias da educação".

"Se você compra giz para uma escola, não tem nada para mostrar. Aí, se fazem espetáculos pirotécnicos, aplicando o dinheiro em coisas supérfluas, mas que apareçam". Entre esses supérfluos, o deputado destaca a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), criada pelo MEC para oferecer livros e material didático às escolas. "Esse fornecimento é sempre feito em grandes solenidades, para virar notícia. Gostaria de ver se esses livros chegam mesmo às escolas", desafia.

Constatações — A CPI foi requerida pelo deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) e contou com 166 outros deputados. Foram ouvidos depoimentos de representantes de diversas entidades educacionais, como a Associação de Docentes do Ensino Superior (Andes) e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e políticos, como os senadores Hugo Napoleão, Marco Maciel e Jorge Bornhausen, ex-ministros da Educação. "Não houve elucubrações, mas constatações", afirma o relator Sôlon Borges dos Reis.

Segundo ele, houve contradições nos depoimentos, como no caso do ministro Hugo Napoleão que alegou, durante a CPI, não ter podido desenvolver um plano de construção de escolas técnicas em sua gestão por falta de verbas, quando, na mesma época, foram encontradas em revistas de grande circulação propagandas de um programa do governo para construção dessas escolas.

Brasil, 88º do mundo em educação

A inclusão de um artigo na Constituição destinando recursos da União, estados e municípios à educação aconteceu, pela primeira vez, em 1934. A medida vigorou até 1967, quando o regime militar desfez essa vinculação orçamentária. "Não tive uma idéia nova, apenas tentei recuperar o que já existia", diz o senador João Calmon, autor da lei que leva seu nome e que foi proposta em 1976, durante o governo Geisel, destinando 12% dos impostos para o ensino, mas não vingou.

Em 1982, mais uma tentativa foi feita, elevando-se o percentual para 13%, mas só em 1983, durante sua campanha para presi-

dente da República, Tancredo Neves comprometeu-se em fazer cumprir a emenda, e a lei começou a vigorar em 1985. Mas seu cumprimento sempre foi duvidoso. Pelo sim, pelo não, com a nova Constituição, elevou-se a contribuição da União de 13% para 18%. Segundo o senador, as estatísticas brasileiras "são constrangedoras", no que diz respeito a gastos com educação. Ele cita o anuário da Unesco, de 1973, que colocava o Brasil em 80º lugar nesses dispêndios. Em 1988, o mesmo anuário revela resultado pior: o lugar do Brasil caiu para 88º.